

## **POR UMA NOVA REALIDADE SOCIOESPACIAL: REFLEXÕES ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MEIO A UMA PANDEMIA**

### ***FOR A NEW SOCIAL AND SPATIAL REALITY: DISCUSSIONS ABOUT THE CULTURAL HERITAGE IN THE MIDDLE OF A PANDEMIC***

#### **RESUMO**

No final de 2019 a eclosão de um novo agente do coronavírus impactou a todos com uma doença aguda e contagiosa denominada COVID-19. Em poucos dias ou semanas o mundo mudou, e no campo do patrimônio cultural não foi diferente. A pandemia gerou um choque repentino e substancial nos setores das artes, cultura e patrimônio. A situação na qual nos encontramos é, sem dúvida, um estado de exceção por natureza. Em razão disso, torna-se complexo criar padrões ou estabelecer como seria a gestão ideal de uma cidade e também de seu patrimônio nessas condições. O novo coronavírus tem se mostrado indiferente em relação a dimensão das cidades brasileiras. Tal conjuntura, caracteriza-se na necessidade de se construir uma “gestão sustentável integrada” nas cidades. Com base no breve panorama descrito, o presente trabalho tem como objetivo traçar uma análise reflexiva e crítica acerca da gestão urbana, associando a ela a cultura, o patrimônio e a conjuntura atual, já que essa última está vivenciando mudanças econômicas, sociais e culturais. Pretende-se dessa forma pensar em medidas que possam apoiar a cultura, salvaguardar o patrimônio material e imaterial e capacitar artistas, criadores e gestores no momento presente, assim como no pós crise. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo e de caráter analítico crítico, segundo uma investigação dos conceitos, preceitos e teorias contemporâneas do patrimônio cultural e revisões bibliográficas pertinente ao tema. As reflexões e discussões demonstram que a preservação e valorização do patrimônio cultural está intrinsecamente associada ao conceito de sustentabilidade integrada das cidades.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Pandemia. Formação socioespacial. Gestão urbana.

#### **ABSTRACT**

At the end of 2019, the outbreak of a new coronavirus agent impacted everyone with an acute and contagious disease called COVID-19. Within few days or weeks the world changed and in the field of cultural heritage it was no different. The pandemic generated a sudden and substantial shock in the arts, culture and heritage sectors. The situation in which we find ourselves is undoubtedly a state of exception by nature. As a result, it becomes complex to create standards or establish what the ideal management of a city would be like, as well as its heritage under these conditions. The new coronavirus has been shown to be indifferent in relation to the size of Brazilian cities. This situation is characterized by the need to build “integrated sustainable management” in cities. Based on the brief overview described, the present work aims to outline a reflexive and critical analysis about urban management, associating it with

culture, heritage and the current situation, since the latter is experiencing economic, social and cultural changes. In this way, we intend to think of measures that can support culture, safeguard material and immaterial heritage and train artists, creators and managers at the moment, as well as in the post-crisis period. The methodology used is of a qualitative nature and of a critical analytical character, according to an investigation of the contemporary concepts, precepts and theories of cultural heritage and bibliographic reviews relevant to the theme. The reflections and discussions show that the preservation and valuation of cultural heritage is intrinsically associated with the concept of sustainability of cities.

**Keywords:** Cultural heritage. Pandemic. Social and spatial shaping. Urban management.

## 1 INTRODUÇÃO

No final de 2019, a eclosão de um novo agente do coronavírus, família de vírus que causa graves infecções respiratórias, impactou a todos com uma doença aguda e contagiosa denominada COVID-19. Vive-se hoje essa experiência de isolamento social, denominada, genericamente, de quarentena, em que todas as pessoas têm de se recolher, sendo a medida profilática mais eficaz. Essa medida restritiva é a mais adotada por diversos países do mundo. Assiste-se a uma tragédia de mortes em diferentes lugares do planeta todos os dias. Essa dor, talvez, possa ajudar a responder se somos de fato uma humanidade. Para tanto, não há dúvidas de que é preciso salvar pessoas. Latour (2020), afirma que a pandemia demonstra a fragilidade da humanidade em seu sentido biológico e filantrópico, decorrente do sistema vigente. O que traz o exercício de refletir sobre as mudanças requeridas para nossa sociedade.

Em poucos dias ou semanas o mundo mudou (MARICATO, 2020). No campo do patrimônio cultural não foi diferente. A pandemia da COVID-19 gerou um choque repentino e substancial nos setores das artes, cultura e patrimônio. Os governos se viram forçados a adotar restrições de mobilidade e medidas de contenção para a segurança dos cidadãos, reduzindo drasticamente o acesso à cultura a curto prazo e – se não forem tomadas novas medidas – podem enfraquecer todo o ecossistema cultural pelas próximas gerações.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) quase 90% das instituições culturais tiveram que fechar suas portas, enquanto 13% estão sob séria ameaça de não reabrir. No Brasil, o Museu do Amanhã no Rio de Janeiro/RJ e a Pinacoteca em São Paulo/SP, são exemplos de dois dos mais importantes museus de arte moderna que agora se encontram fechados.

O fechamento de patrimônios históricos, teatros, cinemas e outras instituições culturais está comprometendo diretamente o apoio financeiro à artistas e indústrias criativas, bem como a conservação de lugares patrimoniais e os meios de subsistência das comunidades locais e dos profissionais da cultura, cujo trabalho, com frequência, é sazonal. Também foram suspensas práticas de patrimônio cultural imaterial, incluindo rituais e cerimônias. O coronavírus interrompeu o elemento mais básico da vida nas cidades: a união das pessoas (BOZIKOVIC, 2020).

Não obstante, os efeitos diretos dessa crise sanitária reforçaram a ideia de que em situações como essa, as pessoas precisam de, e procuram por, cultura. Neste momento no qual um número significativo de pessoas está fisicamente separado

umas das outras, ela tornou-se um meio de união entre todos. Proporciona conforto, inspiração e esperança numa hora de enorme ansiedade e incerteza. É preciso ver, escutar, falar e se entreter. No entanto, mesmo quando se confia na cultura para amparar a todos nessa crise, não se pode esquecer que ela também se encontra em situação de fragilidade (UNESCO, 2020).

Com base no breve panorama descrito, o presente trabalho tem como objetivo traçar uma análise reflexiva e crítica acerca da gestão urbana, associando a essa a cultura, o patrimônio e o contexto atual, considerando o fato de que se está vivenciando mudanças econômicas, sociais e culturais. Pretende-se, desta forma, pensar em medidas que possam apoiar a cultura, salvaguardar o patrimônio material e imaterial e capacitar artistas, criadores e gestores no momento agora, assim como no pós crise.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia para se estabelecer uma compreensão deste trabalho é de cunho qualitativo e de caráter explicativo crítico, partindo de uma investigação dos conceitos, preceitos e teorias contemporâneas do patrimônio cultural, tendo como base as revisões bibliográficas pertinentes ao tema. A pesquisa está estruturada em três itens: o primeiro, denominado como “cultura e patrimônio cultural”, discorre sobre os conceitos e definições a respeito de cultura e de patrimônio cultural no decorrer dos tempos a fim de compreender o processo de constituição cultural e patrimonial de um artefato. O segundo item discorre sobre a expansão do campo patrimonial, bem como do termo cultura. Nesse segundo item também se elaborou uma abordagem que hoje se poderia fazer do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio ambiente. Para finalizar, no terceiro e último item, buscou-se interpretar um novo olhar sobre a gestão urbana que auxilie na preservação e valoração do patrimônio cultural, mediante o contexto atual da crise sanitária. Somam-se a esses itens a introdução, a metodologia utilizada, os resultados dessa discussão e as considerações finais.

## 3 REFLEXÕES E DISCUSSÕES

A situação de pandemia na qual nos encontramos, é, sem dúvida, um estado de exceção por natureza. Em razão disso, torna-se muito difícil criar padrões ou estabelecer como seria a gestão ideal de uma cidade, e também de seu patrimônio nessas condições (SILVA, 2020). O novo coronavírus tem se mostrado indiferente em relação a dimensão das cidades brasileiras.

De acordo com o Ministério da Saúde brasileiro (2020), a principal forma de transmissão da COVID-19 acontece quando uma pessoa infectada entra em contato com outra, seja por aperto de mão, espirro, tosse, ou até mesmo toque em objetos ou superfícies contaminadas. Diante disso, a principal recomendação de prevenção é o isolamento domiciliar. Mas como dizer “fique em casa” para trabalhadores informais que precisam sair para ganhar o sustento diário? Ou ainda, quando esses mesmos trabalhadores utilizam como meio de locomoção o transporte público, local de maior possibilidade e risco de transmissão do vírus devido a lotação? Soares et al. (2014) ressalta que “os fatores de risco agregados à difusão das epidemias dependem da

qualidade da disposição espacial e das condições de vida e de trabalho das comunidades”.

De acordo com o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 (2001), a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Entende-se, dessa forma, que a cidade cumpre sua função social quando o acesso a bens, serviços, equipamentos, espaços públicos, sistemas de transporte e mobilidade, saneamento básico, habitação e cultura, se dá de forma equilibrada pela população de forma justa e democrática.

A proliferação do vírus, portanto, não depende do processo de urbanização, uma vez que sua transmissão acontece entre pessoas, mas sim da forma que essas pessoas se apropriam dos espaços urbanos. Tal conjuntura caracteriza na necessidade de se construir uma “gestão sustentável integrada” das cidades.

### 3.1 CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo cultura, utilizado pela primeira vez em 1793 num dicionário alemão, foi, e ainda é, alvo de grandes discussões. Desde a sua origem ou raiz do termo em latim, surgiram novos significados, sobreposições, derivações e agregações. Nessa trajetória de construção a palavra cultura está entre as cinco (indústria, democracia, classe e arte) novas palavras-chave, ou novos usos e empregos que têm grande relevância e impacto, e que trouxeram consigo mudanças na vida e no pensamento. Inúmeros autores, de diferentes países, buscam uma definição para sua abrangência e peculiaridade, de modo a construir e reconstruir conceitos segundo um aporte teórico norteador (GOMES, 2019).

O pesquisador Laraia (2013) sintetiza esse processo e faz referência a origem germânica do termo cultura com o sentido que é utilizado hoje. Esse sentido atual do termo foi formulado por Edward Burnett Tylor, que publicou dois volumes do trabalho intitulado *Primitive culture* no ano de 1871 (*apud* GOMES, 2019).

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente as realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade de hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o carácter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos (LARAIA, 2013, p. 24).

Complementando o contexto, Bernardi (2007, p. 47-48) afirma que o fenômeno cultural parte de um processo de escolhas que vão ao encontro das necessidades, sendo que, para suprir as necessidades são utilizados ou criados mecanismos ou modelos, ou mesmo modos de vida: “cada cultura aparece, assim, ligada a um modelo ideal de vida e de comportamento, mediante o qual se torna num bem, num valor, para aqueles que dela participam”.

Ainda de acordo com Bernardi *apud* Gomes (2019), para melhor compreender a cultura têm-se quatro fatores ditos essenciais: o homem na sua realidade individual e pessoal; a comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a atuar; e o tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de sucessão, se desenvolve a atividade humana. Esses elementos estão interligados e não produzem a cultura por si só. Assim, não há apenas uma cultura, mas muitas. Em todas as manifestações culturais existe a evidência da sua existência, seja de forma mais latente e explícita, ou discreta e profunda.

É no entendimento do termo cultura que se constitui o termo patrimônio. Essa compreensão se dá na definição daquilo que se deve ou não ser conservado, isto é, valorizado e referenciado como elemento simbólico para a sua preservação. Esta concepção de patrimônio vem vinculada à ideia de ser uma representação da nação, que esse conjunto de bens forma um sentimento de pertencimento à uma região ou localidade, justificando o processo para perpetuar os símbolos da identidade e da história, agregando seus valores e sentimentos.

Contudo, Lima *apud* Gomes (2019) demonstra o quão maior tornou-se a dimensão do que realmente é patrimônio e pode ser entendido como tal, esclarecendo a amplitude do seu sentido.

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social (LIMA, 2005, p. 5).

Assim, nessa construção contemporânea conceitual e representativa, o termo patrimônio vem sendo usado de forma abrangente, cujas fronteiras têm cada vez mais extensões.

A palavra 'patrimônio' passou atualmente a fazer parte do nosso dia a dia. Utilizado na área da cultura, do ambiente, do turismo, da publicidade e em muitos outros contextos, o patrimônio é percebido como algo positivo e relevante na vida, um bem precioso que devemos preservar a todos os custos (CABRAL, 2011, p. 25).

A cultura, desta forma, afirma-se como um patrimônio. Essa construção da tradição e transmissão da cultura tange o que é denominado como patrimônio cultural, considerados eles os elementos que apresentam algum sentido de relevância. Neste processo em que um coletivo atribui o status de patrimônio a um artefato perpassa o que chamamos de patrimonialização, ou seja, o ato ou efeito, ou a ação de tornar-se um bem em patrimônio cultural e social. Essa valoração pode acontecer segundo estudos, processos de salvaguarda, preservação, conservação e divulgação. O patrimônio configura-se, portanto, como forma de herança que deve ser preservada e transmitida às futuras gerações.

Outro ponto que merece ser contextualizado é a visão contemporânea do termo patrimonialização, bem como das ações desenvolvidas junto ao patrimônio, considerando-o como instrumento de desenvolvimento de grupos locais e de outros seguimentos. Esse termo também é utilizado como instrumento político, social e econômico, de memória e identidade, de desenvolvimento humano e qualidade de vida, de revitalização e requalificação de lugares. A formação dos patrimônios

nacionais atende, assim, às demandas de representação e legitimação de um determinado lugar. Eles conformam uma ideia abstrata de nação em uma realidade concreta.

O conceito de patrimônio na contemporaneidade assume um papel de múltiplas funcionalidades e aplicabilidades, destacando-se também como uma alternativa face aos problemas e necessidades atuais (GOMES, 2019). Com base no contexto exposto, pode-se observar que o simbolismo de um patrimônio está intimamente associado à atuação do Estado. E esse último se ocupará de normatizar a seleção e gestão dos artefatos, além de articular narrativas específicas sobre as origens e significados destes objetos. As práticas patrimoniais como se apresentam hoje fundam-se na invenção dos seus próprios objetos, dos seus agentes e ferramentas.

### **3.2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

As categorias de memória e identidade nacionais vem ganhando destaque crescente na retórica legitimadora da criação e preservação do patrimônio, constituindo-se como um de seus traços definidores. A conservação e a comemoração de determinados monumentos e objetos passam a ser proclamados como essenciais para a manutenção da identidade nacional. Conquanto, esses bens patrimoniais conformam-se em testemunhos materiais de uma história e de uma memória coletivas. Defender e preservar o patrimônio passa a significar lutar pela própria existência e permanência social e cultural dos grupos.

No início do século XX o patrimônio era percebido a partir de uma condição de possível “perda”, cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento (GONÇALVES, 1996). Embora pudesse ser preservado, estaria para sempre ameaçado pela possibilidade de extinção de sua forma original ou de sua autenticidade. Ao formalizarem esse discurso, os agentes patrimoniais adotam uma concepção de tempo histórico como tempo progressivo e inexorável, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado, ora como um campo de possibilidades para construir o futuro, em especial o futuro nacional (GONÇALVES, 2015).

Essa asserção sem precedentes do patrimônio só se faz possível pela expansão do seu campo, que foi notável nas últimas décadas. Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio ambiente. O patrimônio passou de uma temática de interesse restrito e limitado, para um objeto que provoca controvérsia mobilização e comoção pública ao redor do globo.

Inicialmente, se identificava um patrimônio arquitetônico como uma espécie de “coleção de objetos”. Eles eram identificados e catalogados por peritos como representantes significativos de uma arquitetura do passado, referentes às diversas identidades coletivas e, como tal, dignos de preservação. Aos critérios estilísticos e históricos foram se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado. Não apenas os monumentos já consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos passaram a ser reconhecidos como patrimônio nacional, acompanhando a tendência mundial de ampliação do conceito.

Uma outra dimensão de patrimônio passou a integrar o debate: o patrimônio imaterial ou intangível. O patrimônio intangível representa os artefatos e espaços como expressões das práticas, dos processos e representações que as comunidades

e indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Com isso, valoriza-se justamente a dimensão viva da cultura.

Atualmente não se vivencia apenas um alargamento do termo, uma ampliação quantitativa dos bens culturais, mas um deslocamento conceitual no campo do patrimônio. O termo está sendo colocado em diálogo com outros campos, para, no entrelaçamento de suas perspectivas procurar responder a uma realidade de crescente complexidade. Assim, parece ser fundamental a compreensão do conceito contemporâneo “patrimônio ambiental urbano”. Nele se aproximam três campos, são eles: o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental. Isso só vai ser possível mediante alterações internas que cada uma dessas áreas possa sofrer. Deve-se ressaltar que por um lado, o conceito de patrimônio ao se afastar da noção retificada de monumento incorpora a ideia da dinâmica da cultura e do ambiente construído; por outro, percebe-se, através da mediação de ideias como a de sustentabilidade e de qualidade ambiental, que a necessidade de se pensar conjuntamente as chamadas “áreas históricas” e as demais partes da cidade. É necessária uma visão de conjunto. E, finalmente, entende-se que a ideia de meio ambiente inclui o ambiente urbano, no qual se vive a maior parte da humanidade (CASTRIOTA, 2009).

Ainda sobre o termo patrimônio cultural, Choay (2017) discute o avanço do conceito e demonstra como os monumentos e as edificações isoladas passaram a ser pensadas como “núcleos históricos” ou “conjuntos urbanos”. As políticas e ações na área de preservação sofreram modificações, partindo da ideia inicial de apenas um objeto específico para o todo em relação ao contexto urbano, bem como a história e a memória da comunidade também como parte do patrimônio. Ribas e Bezerra (2012) complementam esse pensamento ao descreverem que, os instrumentos de gestão do patrimônio histórico e cultural emergem de uma preocupação com a preservação dos bens coletivos, de interesse não só da geração presente, mas também das passadas e das futuras.

Nesse cenário não são poucas as ações realizadas por instituições, organizações internacionais governamentais e não governamentais que colocam a conservação do patrimônio urbano em um importante espaço de reflexões teóricas, normativas e de políticas públicas mais eficientes. O intuito é elaborar respostas para a necessidade de (como) inseri-lo no desenvolvimento sustentável, apontando para modelos integrados de gestão e estudos multidisciplinares para redobrar os esforços e proteger o patrimônio cultural e natural (SUÁREZ; CASTILLO, 2017). Considerando o debate acima, abre-se um questionamento: como incorporar um novo olhar sobre a gestão urbana que garanta a preservação e valorização do patrimônio ambiental urbano?

### **3.3 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO**

Quando a política cultural se vincula ao planejamento e à gestão urbana, torna-se mais fácil preservar a integridade patrimonial. Entende-se, dessa forma, que se faz necessário a análise das lógicas que estruturam a temática urbana e a preservação de bens históricos, mediante a construção de uma política urbana dotada de instrumentos aptos a munir gestores que promovam a qualidade de vida dos moradores, ou seja, a sustentabilidade das cidades (RIBAS; BEZERRA, 2012). E é nesta conjuntura que associamos o patrimônio e a crise sanitária atual.

As cidades são organismos vivos e complexos em que acontecem mudanças constantes das atividades humanas e também alterações ambientais. Tal fato exige um debate amplo, contemplando planejamento urbano, funcionalidade, visão

sustentável e criativa para comportar o crescimento da população, além de outros desafios que ocorrem no decorrer do tempo. As mudanças são inevitáveis e decorrem das transformações pelas quais passam a sociedade em sua condição de natureza e de documento da história. De acordo com Suárez e Castillo (2017), os efeitos das transformações impactam o patrimônio cultural e suscitam a exploração comercial do patrimônio urbano, que traz consigo a afetação dos valores culturais, a deterioração da qualidade de vida e, por conseguinte, da identidade dos povos. É necessário e imprescindível acompanhar essas transformações.

Mediante as transformações urbanas, cidades sustentáveis são aquelas que são planejadas para absorver o crescimento urbano desenfreado e que oferecem perspectivas de futuro e oportunidades para a geração presente, bem como para as próximas gerações. Para isso, adotam-se medidas a fim de melhorar a qualidade de vida da população. A sustentabilidade num sentido amplo do que a própria noção frágil e isolada de meio ambiente é sistêmica (social, política, econômica, científica e tecnológica). A pandemia da Covid-19 tem uma forte capacidade de gerar desequilíbrios sistêmicos entre as nações e sobre a saúde humana. Sabe-se que é factível manter uma cidade socialmente sustentável, que, certamente, ofereceria condições mais próximas daquilo que se possa chamar de aceitável em um caso como o da pandemia.

Moradias precárias e adensadas, transportes superlotados, falta de saneamento básico, miséria e renda insuficiente são velhos problemas estruturais das cidades brasileiras que, em tempos de pandemia, se manifestam com mais propriedade. A COVID-19 parece não ser apenas mais um sintoma de um modelo socioeconômico ambiental em processo de colapso. Sua manifestação genérica, intangível e veloz é uma ruptura, um choque para todo sistema vigente, especialmente porque nossa experiência cotidiana é praticada para longe da realidade de vários eventos acidentais. Quando o sistema falha, nos vemos temporariamente conscientes da extraordinária força e do poder da gestão urbana. Toda crise é um alerta da potência da vida real, do que está acontecendo e da nossa dependência e vulnerabilidade aos sistemas (MONTEZUMA, 2020).

Se as pessoas param, as cidades travam e o mundo todo, de certa forma estagna. Nesta mesma direção, acontece – e vem acontecendo - com nosso patrimônio cultural. Seria demasiado romântico acreditar em um novo pacto social, baseado na igualdade e na fraternidade entre os homens, e além, entre os Estados, assumindo a retração da economia e apostando nas relações sociais e culturais como motor de um novo modelo de desenvolvimento. Todavia, essa crise, por mais difícil que venha a ser, nos oferece uma oportunidade para desenvolver uma reflexão crítica sobre as qualidades urbanísticas, e também, é claro, sobre a cultura.

Nunca se discursou tanto sobre os efeitos diretos da atual crise no turismo, nos museus, na produção cultural e nos artistas, bem como sobre as medidas para mitigar seu impacto. Também nunca havia se debatido com profundidade sobre o papel fundamental que o patrimônio cultural desempenha na educação, na promoção da educação patrimonial, no apoio à economia criativa local e regional. Reafirma-se o compromisso com o diálogo intergovernamental e com a solidariedade internacional, a fim de fortalecer e unir esforços.

A UNESCO, por exemplo, está lançando iniciativas para apoiar as indústrias culturais e o patrimônio cultural, à medida que bilhões de pessoas em todo o mundo se voltam para a cultura em busca de conforto para superar o distanciamento social. Ela também lançou uma campanha global de mídia social, com o slogan #CompartilheNossoPatrimônio, para promover o acesso à cultura e à educação em

torno do patrimônio cultural durante esse período de confinamento em massa. Depois que a pandemia passar, as campanhas serão mantidas como forma de dividir a reflexão sobre medidas para proteger os sítios de patrimônio mundial e promover o turismo sustentável.

A plataforma *online* têm sido uma grande aliada nesse aspecto, o que valida as discussões acerca de um desenvolvimento sustentável e mais, tecnológico. Museus, galerias e bibliotecas oferecem *tour* virtual junto as suas coleções e apresentações gratuitas como forma de utilizar as tecnologias digitais na ação educacional e de aproximação intelectual. Músicos, dançarinos, artistas visuais e escritores também tornaram seus trabalhos acessíveis, realizando apresentações *online* a um número expressivo de pessoas todos os dias. A cooperação com redes de televisão, estações de rádio e a imprensa também garante que as pessoas possam se conectar com a cultura como uma fonte de conforto, bem estar e união durante esse momento.

A pandemia nos lembra que o mundo digital, assim como o real, também é excludente. Metade da população mundial não tem acesso às tecnologias digitais, o que significa que para milhões de pessoas em todo o mundo, o acesso à cultura por meios digitais continua fora de alcance. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações das Nações Unidas (UIT, 2020), 86% da população de países desenvolvidos usam a internet, o que ocorre com apenas 47% da população de países em desenvolvimento. Reforça-se aqui, a necessidade de conectar as pessoas com a cultura e o patrimônio. Ou ainda, de valorizar e promover o acesso à cultura para todos, especialmente aos mais vulneráveis.

Entende-se que é preciso hoje pensar em soluções para as cidades como elas realmente são. Os conflitos entre as formas físicas dos espaços urbanos e as formas sociais de seus habitantes marcam a conformação da cidade enquanto forma e enquanto lugar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação e valoração do patrimônio cultural está intrinsecamente ligada ao conceito de sustentabilidade das cidades. A realidade atual cada vez mais versátil, em um cenário de decorrentes transformações urbanas, nas quais emergem diferentes conflitos, impõem-se novos desafios que obrigam a se buscar inovações, ferramentas e instrumentos para articular nos processos de gestão a incorporação de temas vinculados ao crescimento econômico, a inclusão social, o equilíbrio ambiental e a cultura, que em conjunto conformam os pilares de um desenvolvimento integrado sustentável.

Destaca-se que as políticas de preservação, além de tentarem preservar um determinado contexto urbano, protegendo núcleos históricos e monumentos, também contribuem para reforçar a identidade coletiva e a formação da educação patrimonial de cidadãos. O patrimônio materializa a identidade e a memória de uma comunidade e assim garante a perpetuação da sua coesão social. Contudo, a preservação não será assimilada como objetivo da sociedade se não ficarem claras suas relações com o atendimento de outras necessidades da vida urbana, as quais impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, entende-se que a condição fundamental para o desenvolvimento de qualquer estratégia patrimonial acontece, em parte, na vontade política e também na consciência clara dos responsáveis por exercê-la para impulsionar processos inovadores, assim como na busca recorrente de meios e novas

ferramentas que promovam a participação social, permitindo às pessoas envolverem-se com a preservação e valoração do patrimônio.

Percebe-se a importância estratégica para a invenção de um mundo mais humano, mais saudável, mais sustentável e mais justo, bem como, conclama-se a articulação dos agentes e da sociedade em prol da proteção e do fortalecimento das políticas públicas de cultura.

A proliferação atual pandêmica nos mostra e reforça essa necessidade urgente de uma mudança de comportamento. Para se caminhar na direção de uma cidade mais justa e coletiva é possível que parte das soluções estejam caracterizadas nos conceitos e métodos aplicados no planejamento urbano e seus reflexos sobre a forma urbana, no sentido de sua construção social.

A mudança exige um olhar sistêmico para as urbes brasileiras, entendendo como cada sistema se articula entre si e não na tomada de decisões baseadas em um ou outro aspecto de forma independente. O que se precisa é justamente elaborar estratégias capazes de mudar uma gestão que se encontra “ultrapassada”. O verdadeiro antídoto para a pandemia hoje está no isolamento, mas jamais poderá ser a segregação social. Exige-se coordenação, cooperação e solidariedade, assim como em todas as esferas da vida humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, Bernardo. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa. Edições 70, 2007.

BOZIKOVIC, Alex. Will cities stay healthy, or will the coronavirus mean the end of density? **The Globe and Mail**. Disponível em: <<https://www.theglobeandmail.com/canada/toronto/article-will-cities-stay-healthy-or-will-the-coronavirus-mean-the-end-of/>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. 1 ed. São Paulo: Belo Horizonte. Editora Annablume: IEDS, 2009. 182 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade. Editora UNESP, 2017. 288 p.

Estatuto da Cidade. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. 3 ed. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

GOMES, L. E. (Des)Caminhos da patrimonialização: da cultura ao patrimônio. **Patrimônio & Memória**. V. 15, n. 2, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

LATOURETTE, B. A little exercise to make sure that, after the virus crisis, things don't start again as they were before. **Bruno Latour Website**. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/node/852.html>>. Acesso em: 09 julho 2020.

MARICATO, Erminia. O coronavírus e um plano de emergência para as cidades. In: BORGES, Andrea; MARQUES, Leila. **Coronavírus e as cidades no Brasil: reflexões durante a pandemia**. 1 ed. Rio de Janeiro. Editora Outras Letras, 2020. 208 p.

MONTEZUMA, Mila A. Epidemias e mudanças climáticas: do ego ao eco. In: BORGES, Andrea; MARQUES, Leila. **Coronavírus e as cidades no Brasil: reflexões durante a pandemia**. 1 ed. Rio de Janeiro. Editora Outras Letras, 2020. 208 p.

MS (Brasil). Ministério da Saúde no Brasil. **Sobre a doença**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 15 junho 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Pandemia fecha 90% dos museus em todo o mundo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pandemia-fecha-90-dos-museus-em-todo-o-mundo-diz-unesco/>>. Acesso em: 15 junho 2020.

RIBAS, O.; BEZERRA, M. do C. de L. Políticas de preservação e desenvolvimento urbano no Brasil: dicotomias e similaridades conceituais. **Oculum Ensaios**. V. 9, n. 15, 2012.

SILVA, Leila M. Distopia urbana x sustentabilidade social. In: BORGES, Andrea; MARQUES, Leila. **Coronavírus e as cidades no Brasil: reflexões durante a pandemia**. 1 ed. Rio de Janeiro. Editora Outras Letras, 2020. 208 p.

SOARES, J. A. S. et al. Impactos da urbanização desordenada na saúde pública: leptospirose e infraestrutura urbana. **Revista Polêmica**. V. 13, n. 1, 2014.

SUÁREZ, M. S.; CASTILLO, M. T. M. La conservación del patrimonio urbano, reflexiones sobre su valoración y gestión en el ámbito cubano. **Oculum Ensaios**. V. 14, n. 2, 2017.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Em momentos de crise, as pessoas precisam de cultura**. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/em-momentos-crise-pessoas-precisam-cultura>>. Acesso em: 17 junho 2020.